

RECURSO ESPECIAL Nº 1.710.559 - CE (2017/0294201-6)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : IURI ANDRADE DE LIMA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **IURI ANDRADE DE LIMA** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no julgamento de Apelação, assim ementado (fls. 121/123e):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO HÁBIL. APELAÇÃO IMPROVIDA.

- 1. Sustenta o exequente que a sentença prolatada pelo juízo do primeiro grau, assegurando ao autor a reintegração no serviço público, foi confirmada pelo TRF/5, resguardando a sua eficácia imediata, ainda que pendente julgamento de recurso extraordinário interposto pela União, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo.*
- 2. Hipótese em que o acórdão proferido pelo TRF/5 expressamente condicionou a execução de sentença ao seu trânsito em julgado, decisão esta que não foi desafiada pelo recurso adequado.*
- 3. Conquanto seja possível a execução provisória de sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo (ex vi do art. 520 do CPC/2015), inexistente, no particular, título a respaldá-la, conferindo-lhe colorido definitivo, eis que o acórdão que concedeu a reintegração do servidor exigiu tal condição não havendo, assim, título judicial hábil para justificar processo executivo ou de cumprimento de sentença, ainda que sob a veste de provisório.*
- 4. Apelação a que se nega provimento. Honorários recursais fixados em 10% do valor que vier a ser apurado a título de honorários sucumbenciais, na forma arbitrada na sentença.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 153/155e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 520, do CPC/2015 – o acórdão recorrido confirmou a sentença que julgou não existir título judicial, olvidando tratar-se de hipótese de

cumprimento provisório de sentença, à vista da decisão judicial terminativa de mérito sobre a qual foi interposto recurso sem efeito suspensivo; e

- II. Art. 1.013, do CPC/2015 – o fundamento invocado pelo tribunal *a quo* para afastar a incidência do artigo 520 do CPC/2015 tem lastro no condicionamento da execução ao trânsito em julgado da ação de conhecimento, conforme consta do acórdão que reconheceu o direito do Recorrente, em flagrante *reformatio in pejus*.

Com contrarrazões (fls. 180/191e), o recurso foi admitido (fl. 193e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Nas razões recursais, a parte recorrente sustenta violação, pelo acórdão recorrido, aos artigos 520 e 1.013, do CPC/2015, ao obstar o cumprimento provisório de decisão terminativa de mérito, atacada por recurso sem efeito suspensivo, em razão de cláusula (do acórdão exequendo) que exigia o trânsito em julgado, em alegada *reformatio in pejus*, sendo tal alegação inidônea a infirmar o fundamento, adotado pela Corte de origem, consubstanciado na ausência de interposição de recurso tempestivo para discutir referida cláusula condicionadora da execução do julgado, mostrando-se, assim, ausente comando suficiente nos dispositivos apontados para alterar a mencionada conclusão, razão pela qual o recurso não merece prosperar nesse ponto.

No intuito de melhor explicitar a questão, transcrevo o seguinte excerto da decisão recorrida, *in verbis* (fl. 122):

Compulsando os presentes autos, observo que o acórdão proferido pelo

eg. TRF/5 "expressamente consignou e condicionou a execução de sentença ao seu trânsito em julgado, estabelecendo verdadeira condição, não tendo a parte interessada (sic) manifestado qualquer oposição a essa parte do julgamento através da espécie recursal adequada, de modo que o cumprimento da sentença, na esteira da norma do art. 514 do CPC/2015, resta subordinado à prova que aludida condição realizou-se" (id. 4058100.1819003).

Com efeito, ante a ausência de interposição de recurso a tempo e modo quanto à determinação de que o cumprimento do referido acórdão estaria submetido ao trânsito em julgado, há indiscutível preclusão da matéria, que impede a execução provisória contida no art. 520 do CPC/2015.

É de se ver que, mesmo em sendo possível a execução provisória de sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo (do art. 520 do CPC/2015), inexistente, no particular, título a ex vi respaldá-la, conferindo-lhe colorido definitivo, eis que o acórdão que concedeu a reintegração do , não havendo, assim, título judicial hábil para justificar processo executivo servidor exigiu tal condição ou de cumprimento de sentença, ainda que sob a veste de provisório.

Com efeito, incide, por analogia, a orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual: “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E LAVRA DE MINÉRIOS. PEDIDO PROTOCOLADO NO ÚLTIMO DIA DA LICENÇA ANTERIOR. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS, SER DESARRAZOADO O INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. ARTIGO 18, INCISO I, DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO CONTEM COMANDO CAPAZ DE SUSTENTAR A TESE RECURSAL E INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

2. Não pode ser conhecido o recurso especial se o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Incidência, por analogia, da orientação posta na Súmula 284/STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 385.170/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO ESPECIAL. SÚMULAS 282, 284, 356/STF E 7/STJ.

(...)

3. *O fato de constar na Lei de Licitações a previsão de empreitada integral não infirma, de plano, os dizeres do acórdão no sentido de que não há empecilho à inclusão do fornecimento de imóvel. O conteúdo dos dispositivos mencionados no Especial não tem comando suficiente para alterar o acórdão. Incidência da Súmula 284/STF.*

4. *Em relação ao índice de reajuste utilizado e à caracterização do ato ímprobo, o acórdão se amparou nas conclusões de laudo pericial e afastou o prejuízo ao Erário. Aplica-se a Súmula 7/STJ à espécie.*

Ressalto que o art. 11 da LIA nem sequer foi prequestionado, o que também sugere o óbice das Súmulas 282 e 356/STF.

5. *Agravo Regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 229.402/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 08/05/2013 –destaques meus).

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/15), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, de rigor a majoração dos honorários anteriormente fixados de 10% (fl. 122e) para **12%** do valor que vier a ser apurado a título de honorários sucumbenciais.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 24 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora